



SINETELCO

UM SINDICATO PARA TODOS



SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS TRABALHADORES DAS COMUNICAÇÕES E DOS MEDIA

SECTOR

GERAL

COMUNICADO 22/SN/2012

COMO VENCER A CRISE?

Não sabemos exatamente. Pelos vistos nem nós, nem ninguém. Venham os mais entendidos e opinem. Mas opinem sem demagogia, com propostas sérias, construtivas, exequíveis e enquadradas no quadro institucional onde estamos colocados. Quando dizemos que não sabemos não estamos a dizer que não temos propostas e soluções. Bem pelo contrário. Temos estado na primeira linha das discussões em torno de soluções válidas, honestas e exequíveis. É nesse quadro que participámos em várias reuniões. Entre elas as negociações com a PT C; com os CTT; com CTTEXPRESSO; com MAILTEC; com MANPOWER; com o Administrador da insolvência da CRH; com a ANACOM; com a UGT – União Geral de Trabalhadores; com o Provedor de Justiça; com o Patriarcado; com os Partidos com base parlamentar; como Governo e com o Sr. Presidente da Republica. E não excluimos a via judicial. Não temos uma cultura de Macavencos. Reivindicamos, no quadro da democracia política económica e social, ser parte das soluções.

Levamos ao vosso conhecimento o teor do comunicado da UGT que foi também connosco aprovado. Assim:



“Considerando:

- Que as medidas anunciadas pelo Primeiro-Ministro conduzem a uma **brutal diminuição dos salários e das pensões em 2013**;
- Que as mesmas **reduzem em 7% os salários dos trabalhadores do sector privado em benefício exclusivo das empresas**;
- Que as medidas exigem sacrifícios desmesurados aos portugueses em benefício de alguns grandes grupos económicos sobretudo virados para o mercado interno (grande distribuição, banca, energia, comunicações...);
- Que as medidas **violam claramente o disposto no Memorando assinado com a Troika em Maio de 2011** “As medidas compensatórias para assegurar a neutralidade fiscal poderão incluir a alteração da estrutura e das taxas do IVA, cortes permanentes adicionais de despesas e o aumento de outros impostos que não tenham um efeito adverso sobre a competitividade”;
- Que a **manutenção dos cortes de 2 salários e pensões para os trabalhadores do sector público e para os pensionistas é contrária a decisão do Tribunal Constitucional de terminar a manutenção destas medidas no final de 2012**;
- Que estas medidas de **empobrecimento generalizado dos portugueses** vão contribuir para uma grande **redução do consumo privado**, com o conseqüente **encerramento de grande número de empresas**, particularmente PME’s, e um aumento acentuado do desemprego (as empresas maioritariamente exportadoras empregam menos de 20% dos trabalhadores);
- Que tais **medidas ultrapassam em muito as exigências da Troika** de se encontrarem contrapartidas para a eliminação dos cortes dos 2 salários e pensões;
- Que a **aprovação destas medidas aprofundará a crise económica e social**, existindo claros riscos de entrarmos num ciclo recessivo;

–Que os apelos repetidos do Sr. Presidente da República de que não é possível exigirem mais sacrifícios aos trabalhadores e pensionistas e que, caso necessários, os mesmos devem ser exigidos a quem ainda não os fez;

–Que só com Crescimento e Emprego será possível ultrapassar a crise e diminuir o insustentável nível de desemprego;

–Que a aprovação de tais medidas reforçará necessariamente a conflitualidade social e prejudicará seriamente o diálogo social e a negociação coletiva, consagrados na Constituição e na Lei.

Considerando em especial:

–Que **os sacrifícios exigidos a trabalhadores e pensionistas ultrapassam os limites do admissível e do tolerável;**

–Que **as medidas são desmesuradas e vão agravar as desigualdades e aumentar a pobreza e a exclusão;**

–Que as medidas vão provocar o **aumento do desemprego;**

–Que **se estão a criar condições para eliminar o diálogo político e social** que muito tem contribuído para a coesão social e para manter algumas expectativas positivas relativamente ao futuro.

O Secretariado Nacional da UGT reunido em 11 de Setembro de 2012 decide:

1. Manifestar o seu total repúdio pelo anunciado corte dos salários e das pensões, que conduz a uma insustentável perda de rendimentos, o agravamento da pobreza e exclusão, o acentuar da crise económica e o aumento do desemprego;
2. Exigir a revisão de tal decisão no quadro da discussão e votação do Orçamento para 2013;
3. Considerar que as medidas são claramente inconstitucionais por violarem os princípios da igualdade e da proporcionalidade, como o Tribunal Constitucional afirmou repetidamente;
4. Apelar ao Presidente da República para tomar uma posição sobre esta matéria e para manifestar a sua intenção de pedir a fiscalização preventiva da constitucionalidade, caso seja aprovada na Assembleia da República;
5. Manifestar a sua oposição a estas medidas através de ações de protesto e greve da UGT e dos seus Sindicatos, que tenham em conta o calendário de aprovação do Orçamento de Estado para 2013;
6. Procurar nestas ações a unidade na ação, no respeito pela autonomia das Organizações Sindicais envolvidas;
7. Recusar a celebração de Acordos em Concertação Social que envolvam matérias relativas às medidas anunciadas;
8. Considerar que as medidas prejudicam o Crescimento, a Competitividade e o Emprego e consequentemente comprometem seriamente o cumprimento do Compromisso Tripartido para a Competitividade, Crescimento e o Emprego;
9. Defender a negociação coletiva, no setor público e no setor privado, na defesa das condições de trabalho e do emprego;
10. Considerar o documento “Vencer a Crise com Crescimento, Emprego e Solidariedade” como orientador da ação da UGT e dos seus Sindicatos.

Neste quadro, a UGT solicitou reuniões ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Primeiro-ministro.”

Sabemos e compreendemos o que vai na cabeça de muita gente confrontada com as maiores dificuldades económicas. Não se iludam, é tempo de redobrar forças e junto dos sindicatos acreditarem que conseguiremos. Daremos o melhor de nós próprios para alterar este estado de coisas.